

Processo TC 006.684/2021-1 (com 125 peças)
Representação

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de representação autuada em cumprimento a despacho de Vossa Excelência para apurar supostos “*prejuízos ocasionados aos cofres públicos pelas operações supostamente ilegais dos membros da Lava Jato de Curitiba e do ex-juiz Sérgio Moro, mediante práticas ilegítimas de revolving door, afetando a empresa Odebrecht S.A., e lawfare, conduzido contra pessoas investigadas nas operações efetivadas no âmbito da chamada ‘Operação Lava Jato’*” (peça 1), conforme publicações indicadas em endereços eletrônicos, bem como em matéria publicada na revista Veja (peça 11).

II

No âmbito do Ministério Público de Contas, a competência para officiar nestes autos, logo após sua autuação, foi atribuída a este representante do Ministério Público de Contas, por meio de sorteio. Em razão de erro de sistema, não houve a juntada do respectivo termo de distribuição ao processo. Com intuito de corrigir essa falha, de tal modo que se preservasse o sorteio regularmente efetuado, operou-se, posteriormente, no sistema, a atribuição direta do processo a este Procurador, com o registro de que se tratava da “*recomposição da atribuição ao membro do MPTCU processada originalmente nos autos*” (peça 3).

As supostas irregularidades que embasam a representação foram encaminhadas pelo Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, por meio do Ofício nº 002/2021-GAB, a Vossa Excelência. Esse ofício foi lavrado nos seguintes termos:

“Recentemente, em 01.02.2021, ofereci representação junto a essa Corte no intuito que o Tribunal apurasse os prejuízos ocasionados aos cofres públicos pelas operações supostamente ilegais dos membros da Lava Jato de Curitiba e do ex-juiz Sérgio Moro, mediante práticas ilegítimas de *revolving door*, afetando a empresa Odebrecht S.A., e *lawfare*, conduzido contra pessoas investigadas nas operações efetivadas no âmbito da chamada “Operação Lava Jato”.

As informações apresentadas foram juntadas ao TC 005.262/2021-6 cuja relatoria é de Vossa Excelência por prevenção.

Diante da correlação dos temas e considerando os processos em curso que acompanham os desdobramentos, no âmbito deste Tribunal, de acordos de leniência firmados pela empresa Odebrecht com outros órgãos, em especial no âmbito dos TCs 016.991/2015-0 e 035.857/2015-3, ambos de relatoria de Vossa Excelência;

Considerando que o primeiro trata da análise de inidoneidade de empresas por fraude à licitação de montagem eletromecânica da Usina Termonuclear de Angra III, no qual se avalia, em profundidade, os efeitos dos acordos de leniência firmados pelo Ministério Público Federal na declaração de inidoneidade das empresas participantes dos acordos, entre elas e a supracitada empresa;

Considerando que o segundo processo cuida de acompanhamento autuado com o intuito de fiscalizar o processo de celebração do acordo de leniência entre a Controladoria Geral da União (CGU) e a empresa Odebrecht S.A;

Considerando as recentes notícias divulgadas pela mídia no sentido de que o ex-juiz, Sr. Sérgio Moro, teria se tornado sócio da empresa de consultoria Alvarez & Marsal, administradora judicial da Odebrecht S.A. no processo de recuperação judicial;

Considerando as notícias de que o referido ex-juiz teria orientado procuradores do Ministério Público em questões relativas a informações constantes nos sistemas daquela empresa;

Considerando que o Excelentíssimo Ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal (STF) retirou o sigilo das conversas entre o ex-juiz e os procuradores da “Operação Lava Jato”;

Considerando que, na qualidade de juiz federal, o Sr. Sérgio Moro homologou acordos de leniência firmados entre o Ministério Público Federal e a empresa Odebrecht S.A;

Considerando que, na qualidade de juiz, a atuação do Sr. Sérgio Moro, seja nas decisões proferidas nos processos judiciais, seja nas exigências contidas nos acordos de leniência, pode ter contribuído para a situação de insolvência da empresa;

Considerando que o administrador judicial, do qual se exige que seja profissional idôneo (Lei 11.101/2005, art. 21, caput), exerce múnus público, devendo observância aos princípios constitucionais;

Considerando o dever de fidúcia, lealdade e diligência, que deve reger a atuação do administrador judicial;

Considerando que está a cargo do Poder Público, na pessoa do juiz, designar como administrador judicial pessoa que cumpra os requisitos jurídicos, fiscalizá-lo no cumprimento de seus deveres, definir sua remuneração, bem como destituí-lo (Lei 11.101/2005, arts. 21, 22 e 24);

Considerando o risco de conflito de interesses que pode surgir quando o mesmo agente, em um primeiro momento, atua em processo judicial que interfere no desempenho econômico e financeiro da empresa e, em um segundo momento, aufere renda, ainda que indiretamente com o processo de recuperação judicial para o qual seus atos podem ter contribuído e;

Considerando, por fim, a repercussão e os impactos que o bom andamento da Recuperação Judicial pode ter na possibilidade de o erário ser ressarcido dos prejuízos causados pelas atividades ilícitas da empresa Odebrecht S.A, e a evidente competência dessa Corte de Contas para velar pela legitimidade e pela moralidade dos atos do poder público, zelar pela economicidade e assegurar o devido ressarcimento de prejuízos ao erário:

Venho solicitar e propor a Vossa Excelência que, na qualidade de relator dos TCs 005.262/2021-6, 016.991/2015-0 e 035.857/2015-3, adote medidas no sentido de:

- a) Oficiar ao Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Ricardo Lewandovski, a fim de solicitar o compartilhamento das mensagens trocadas entre os procuradores do Ministério Público e o ex-juiz Sr. Sérgio Moro;
- b) Oficiar ao juízo da Recuperação Judicial da empresa Odebrecht S.A a fim de solicitar o compartilhamento da documentação relativa à escolha do administrador judicial e as análises que fundamentaram a definição do juízo pela empresa de consultoria Alvarez & Marsal, bem como os valores de remuneração que foram estabelecidos;
- c) Realizar oitivas das empresas Alvarez & Marsal e Odebrecht S.A para que se manifestem quanto aos fatos narrados e;
- d) Avaliar a conveniência e oportunidade de se estabelecer, cautelarmente, a suspensão de qualquer pagamento à empresa Alvarez & Marsal, no âmbito da Recuperação Judicial da empresa Odebrecht S.A, até que o Tribunal avalie o mérito da questão.”

Em despacho datado de 10/3/2021 (peça 23), Vossa Excelência, ao anotar que “*Foram juntados aos autos a documentação encaminhada pelo Supremo Tribunal Federal por determinação do Eminentíssimo Ministro Ricardo Lewandowski (peça 22), assim como a manifestação da Alvarez &*

Marsal Administração Judicial Ltda. (peça 21)”, encaminhou estes autos ao Ministério Público de Contas, endereçando-os, certamente por equívoco, ao Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, “*autor da peça que motivou a abertura deste processo, para, se assim o desejar, previamente à instrução da SeinfraOperações, complementar o seu pedido a partir da documentação recebida*”. Evidentemente tal direcionamento decorreu de equívoco, porque, com o devido respeito a Vossa Excelência, não cabe ao Relator apontar o membro do MP de Contas que deve atuar em nome da instituição. Essa definição só pode decorrer das regras de atribuição de competência em vigor.

Ressalte-se que o autor da representação não é propriamente o membro do MP de Contas que assina a peça inicial, mas a instituição Ministério Público de Contas, de modo que qualquer complementação, emenda, adendo ou qualquer tipo de intervenção nos autos deve, em face do **princípio da unidade** que rege o MP brasileiro, ser promovido pelo membro da instituição a quem tenha sido atribuída competência para officiar nos autos, sob pena de violação aos princípios do procurador natural, do devido processo legal e do Estado Democrático de Direito.

Trata-se de matéria afeta à distribuição impessoal do trabalho entre os membros do Ministério Público de Contas. Se antes, os membros do MPC que iniciavam uma representação tinham competência para nela officiar até seu julgamento final, desde 1º/12/2020, a regra de competência passou a ser outra, com o afastamento do membro que inicia a representação do sorteio realizado para definir qual membro terá competência para nela officiar. É o que estabelece o parágrafo 2º do artigo 4º da PORTARIA-MP/TCU Nº 02, de 31/8/2020.

Com essa alteração, deu-se maior concretude aos princípios da impessoalidade e do procurador natural e procurou-se mitigar o risco de acusações de voluntarismo ou viés de qualquer natureza que pudesse lançar suspeita sobre a forma isenta de atuação dos membros do Ministério Público de Contas. A nova regra de atribuição de competência visou a preservar a credibilidade da instituição, dando maior densidade ao princípio do promotor/procurador natural, por meio da introdução de inquestionável elemento de impessoalidade na atribuição da competência para agir

Assim, em atenção ao despacho de Vossa Excelência, caberia ao Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado declinar da oportunidade de se manifestar, que lhe foi, por equívoco, endereçada, e encaminhar os autos ao gabinete deste representante do MP de Contas. Nada obstante, apesar de bem conhecer a norma de competência em vigor, Sua Excelência assim se manifestou (peça 25):

“(…)

Ante o teor dos documentos que, até agora, foram trazidos aos autos em decorrência das medidas que propus mediante o Ofício 002/2021-GAB, entendo não haver necessidade de se complementar o pedido envolvido naquele expediente.

Mantenho, pois, a proposta de que seja avaliada a conveniência e a oportunidade de se estabelecer, cautelarmente, até que o TCU decida sobre o mérito da questão, a suspensão de qualquer pagamento em favor da empresa Alvarez & Marsal no âmbito do processo de recuperação judicial da empresa Odebrecht S.A.

No entanto, considerada a complexidade e a importância da matéria envolvida nesta representação, entendo que a avaliação sobre a concessão da cautelar deva se realizar somente após detido exame, pela SeinfraOperações, com a urgência que o caso requer, dos pressupostos para a adoção daquela medida, conforme prudentemente já havia ponderado V. Ex.^a por meio do item 30.2 de seu despacho à peça 1.”

Vossa Excelência, por meio de despacho de peça 26, encaminhou o processo a fim de que a SeinfraOperações examinasse, “*com a profundidade necessária, o mérito da questão tratada nos autos, considerando os pronunciamentos do Ministério Público de Contas e as manifestações acostadas aos autos*”.

Em 22/3/2021, com suporte no que prescrevem o artigo 6º, XV, da Lei Complementar 75/1993, os artigos 81, II, e 84 da Lei 8.443/1992, e a Portaria MP/TCU nº 2, de 31/8/2020, e na competência regularmente atribuída a este membro do MP de Contas, manifestei a Vossa Excelência o interesse do Ministério Público de Contas em officiar nos autos após a instrução da unidade técnica (peça 27). Cumpre esclarecer que não se trata de interesse pessoal deste membro do MP de Contas, o que seria inadmissível, mas de interesse da instituição MP de Contas, cuja existência tem por finalidade exatamente dizer de direito em todos os processos sujeitos a apreciação do TCU. O interesse público na atuação do MP de Contas é ontológico, deriva da própria existência e finalidade da instituição de estatura constitucional.

A existência de categorias de processo de audiência não obrigatória do MP de Contas no TCU é mera técnica de adequação de sua atuação à sua capacidade de trabalho. Havendo solicitação do relator do processo ou do próprio Ministério Público de Contas, sua audiência deixa de ser facultativa e passa a ser obrigatória, sob pena de se negar vigência às normas que garantem a competência para dizer de direito em todos os processos sujeitos à apreciação do TCU e para officiar em qualquer fase processual, independentemente de requerimento do relator.

Em 5/4/2021, o Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado novamente volta a intervir indevidamente nos autos, encaminhando a Vossa Excelência o Ofício nº 011/2021 (GAB), (peça 29), a pretexto de contribuir com a solução deste processo.

Em seguida, a unidade técnica, ao atender determinação de Vossa Excelência, examinou a pertinência de se incluir os elementos adicionais trazidos aos autos por iniciativa do Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Furtado no escopo das apurações realizadas nesta representação, constantes das peças 29 e 30. **A unidade técnica, por meio de pareceres uniformes, posicionou-se contrariamente à inclusão das novas informações trazidas** na apuração promovida neste processo (peças 31 a 33).

Vossa Excelência, por meio do despacho de peça 34, não acolheu a proposta da unidade técnica e determinou *“que os fatos noticiados às peças 29-30 integrem o escopo deste processo, sem prejuízo da adoção das medidas consideradas necessárias pela Seinfra Operações para elucidar os fatos e subsidiar as apurações, assim como para assegurar o pleno exercício do contraditório e da ampla-defesa pelas partes”*.

A unidade técnica, em cumprimento a tal determinação, promoveu a realização de nova oitiva da Alvarez & Marsal Disputas e Investigações Ltda. para que se manifestasse sobre os fatos narrados na reportagem às peças 29 e 30 (peça 38). A empresa apresentou argumentos adicionais e encaminhou novos elementos, entre eles o termo de distrato assinado pelo sr. Sérgio Moro, referente ao seu contrato de prestação de serviços perante a Alvarez & Marsal Disputas e Investigações Ltda. (peças 43 e 44).

A Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, de posse desses elementos, manifestou-se novamente neste feito, por meio dos pronunciamentos de peças 47 a 49. O sr. Auditor, o sr. Diretor e o sr. Secretário convergiram em suas análises, em relação às questões mais fundamentais tratadas no processo. Em seu despacho, o sr. Secretário externou tal convergência e apenas sugeriu ajustes pontuais às manifestações que lhe antecederam. Convém, pois, transcrever a parte final de seu pronunciamento:

“V. CONCLUSÃO

70. Com todos esses elementos, concordo com a essência da proposta de encaminhamento do auditor-instrutor, a qual contou com anuência do diretor-substituto da 3ª Diretoria desta Unidade Técnica, no sentido de propor **o não conhecimento desta representação, uma vez que não está evidenciado o atendimento aos requisitos mínimos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU, a saber, a competência desta Corte de Contas e o apontamento de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade.**

71. Também anuo ao encaminhamento proposto no sentido de também oferecer a possibilidade de análise de mérito, caso o Tribunal entenda por conhecer desta representação. Nesse cenário, afigura-se pertinente a proposta de considerar esta representação improcedente.

72. Com relação ao pedido realizado pelo MPTCU para oficial nos autos (peça 27), entendo que cabe apenas informar ao Exmo. Ministro-Relator Bruno Dantas para que aprecie a razoabilidade do requerimento.

73. Verifico ainda que em 3/8/2021 foi incluído novo termo de distribuição de relatoria ao TC 005.262/2021-6, passando-a para o Exmo. Ministro Aroldo Cedraz. Por essa razão proponho excluir o item 'c' do encaminhamento anteriormente proposto, mantendo a proposta de remeter cópia da deliberação que vier a ser proferida nestes autos àquele processo (cuja instrução está a cargo da SecexAdministração), em razão de economia e racionalidade processual, já que tratam do mesmo objeto.

74. Anuo à proposta de encaminhamento adicional formulada pelo Diretor-substituto, no tocante à informação a ser dada ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, a fim de subsidiar a avaliação da medida cautelar, de ofício, no sentido de retenção de pagamentos à administradora da recuperação judicial do grupo Odebrecht.

75. Por fim, proponho apensar o presente processo, ao processo originário TC 035.857/2015-3 (acompanhamento do acordo de leniência da Odebrecht com a CGU/AGU, nos termos da IN-TCU n. 83/2018).

VI. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO CONSOLIDADA

76. Ante o exposto, submeto os autos à apreciação do Exmo. Ministro-Relator Bruno Dantas, propondo:

- a. não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 81, inciso I, da Lei 8.443/1992 e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;
- b. alternativamente, conhecer da presente representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 103, § 1º, in fine, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;
- c. informar ao Exmo. Ministro-Relator Bruno Dantas acerca de requisição do Douto Representante do MPTCU, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, para oficial nos autos após a instrução desta Unidade Técnica, não se vislumbrando óbices para seu atendimento;
- d. encaminhar cópia desta instrução ao TC 005.262/2021-6, como forma de auxílio à instrução da SecexAdministração, e em razão de economia processual, já que tratam praticamente do mesmo objeto;
- e. informar ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, em atenção à deliberação proferida no Processo nº: 1057756-77.2019.8.26.0100 em 28/6/2021 (peça 46, p. 6), que os autos foram instruídos no mérito por esta Unidade Técnica e aguardam deliberação pelo Tribunal, e que eventual complementação dessas informações será enviada assim que o TCU decidir conclusivamente sobre a matéria;
- f. encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Superior do Ministério Público Federal, ao Conselho da Justiça Federal, ao Ministério Público Federal no Paraná, ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Alvarez & Marsal Administração Judicial, ao Sr. Sergio Moro e ao representante;
- g. apensar o presente processo, ao processo originário TC 035.857/2015-3 (acompanhamento do acordo de leniência da Odebrecht com a CGU/AGU, nos termos da IN-TCU n. 83/2018).” (grifou-se)

Em nova intervenção indevida nos autos, o Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, mais uma vez destituído de competência para agir, dirigiu o Ofício nº 057/2021 (GAB), a

Vossa Excelência, apresentando “*novas considerações e complemento de pedido relacionado ao Ofício nº 002/2021-GAB (peça 4 do TC 006.684/2021-1)*”, lavradas nos seguintes termos:

“(…)

Destaco que o Ofício nº 002/2021-GAB (peça 4) foi por mim encaminhado a Sua Excelência tendo em vista a correlação de assuntos com representação oferecida visando apuração dos prejuízos ocasionados aos cofres públicos pelas operações supostamente ilegais dos membros da Lava Jato de Curitiba e do ex-juiz Sérgio Moro, mediante práticas ilegítimas de *revolving door*, afetando a empresa Odebrecht S.A., e *lawfare*, conduzido contra pessoas investigadas nas operações efetivadas no âmbito da chamada “Operação Lava Jato” (peça 7).

Nesse cenário, **em complemento à manifestação anterior (peça 4)**, em que se avaliam questões relativas a possíveis conflitos de interesse, favorecimentos, manipulação e troca de favores entre agentes públicos e organizações privadas e;

Considerando a magnitude e a relevância do processo de recuperação judicial de que tratam os autos, o que sugere a necessidade de se buscarem mais informações acerca do histórico da empresa nesse mercado, de modo a se compreenderem as razões que levaram à sua escolha;

Considerando que informações obtidas em análise preliminar e constantes destes autos (à exemplo da peça 21) indicam existir no quadro societário da empresa agentes ligados a setores de inteligência dos Estados Unidos da América;

Considerando as informações constantes dos autos (peça 55), que informam o rompimento dos vínculos de prestação de serviços entre o agente cujas ações estão sendo apuradas e a empresa contratada para administrar a recuperação judicial;

Venho solicitar e propor a Vossa Excelência que, na qualidade de relator do TC 006.684/2021-1, adote medidas no sentido de:

a) obter junto ao Conselho Nacional de Justiça, bem como outros órgãos que integram o Poder Judiciário, informações acerca do número de processos de recuperação judicial em que as empresas do grupo Alvarez & Marsal atuaram desde o ano de 2013, em uma perspectiva de evolução cronológica e;

b) obter junto à empresa toda documentação relativa ao rompimento do vínculo de prestação de serviços com o agente cujos atos são objeto nos referidos autos, contendo datas das transações e valores envolvidos.

Destaco, por fim, que não sou o membro do MPTCU sorteado para officiar nos autos, motivo pelo qual encaminho minhas considerações por meio deste ofício a fim de que Vossa Excelência avalie previamente a pertinência da temática.

Apesar disso, sinto-me no dever de tentar colaborar com a melhor apuração dos fatos no âmbito do Tribunal de Contas da União, visto que o processo foi originado de ofício e representação de minha lavra; sem prejuízo ao resguardo da atribuição a outro membro constante à peça 3 e em cumprimento à Portaria MP/TCU nº 02, de 31 de agosto de 2020.”

Vossa Excelência, ao levar em conta essa nova intervenção do referido Subprocurador-Geral, proferiu despacho, nos seguintes termos (peça 57):

“De fato, considero necessário colher maiores informações acerca dessas questões para subsidiar a decisão de mérito a ser proferida.

Nesse sentido, **determino**, com fundamento no art. 157 do Regimento Interno, a identificação das empresas que integram o grupo Alvarez & Marsal e a realização das seguintes diligências:

a) ao Conselho Nacional de Justiça, bem como às corregedorias dos Tribunais de Justiça, para que, a título de cooperação, encaminhem informações acerca do número de processos de recuperação judicial em que empresas do grupo Alvarez & Marsal atuam ou atuaram na qualidade de administradora judicial desde o ano de 2013, em uma perspectiva de evolução cronológica, informando as empresas que se encontravam em processo de recuperação judicial, a identificação das respectivas varas e valores de honorários arbitrados pelo juiz;

b) à empresa Alvarez & Marsal para que, a título colaborativo com as apurações desta Corte de Contas, informe o número de processos de recuperação judicial em que as empresas do grupo atuam ou atuaram na qualidade de administradora judicial desde 2013, informando as empresas que se encontravam em processo de recuperação judicial, a identificação das respectivas varas e valores de honorários arbitrados pelo juiz;

c) à empresa Alvarez & Marsal com vistas a obter toda documentação relativa ao rompimento do vínculo de prestação de serviços com o ex-juiz Sérgio Moro, incluindo datas das transações e valores envolvidos.

Quanto à solicitação de peça 27, apreciarei o pedido oportunamente, tendo em vista que não se trata de processo de intervenção obrigatória do *Parquet* de Contas e considerando que estes autos se originam de representação de outro Procurador. Na ocasião, poderei avaliar melhor quais as razões de **interesse público** justificariam o pedido e a nova manifestação solicitada pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, caso venham aos autos informações complementares em relação à peça apresentada por Sua Excelência.

Encaminhem-se os autos à SeinfraOperações.”

Em cumprimento a essa determinação foram expedidos vários ofícios pela Seproc. As respostas a essas diligências estão sendo recebidas por essa outra unidade técnica e autuadas (peças 58 e seguintes).

III

De plano, cabe destacar e lamentar a irregular, indevida e reiterada intervenção do Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado nos autos, fazendo tábula rasa da vigente regra de atribuição impessoal de competência aos membros do MP de Contas após a autuação dos processos do TCU, incluídas as representações.

A PORTARIA-MP/TCU N° 02, de 31/8/2020, que entrou em vigor em 1º/12/2020, “*Estabelece critérios para atribuição de processos aos Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União e dá outras providências*”. Tal normativo teve como uma de suas orientações mais relevantes a atribuição de competência a Procurador para atuar em processo por meio de sorteio eletrônico (art. 3º).

Esse normativo também veda que membro do MP de Contas que haja oferecido uma dada representação siga atuando no respectivo processo:

“Art. 4º O sorteio eletrônico de Membro para officiar no processo é aleatório, observada a modulação de probabilidades definida no inciso I, do art. 2º desta Portaria.

(...)

§ 2º **No caso de Representação formulada por Membro, o autor da Representação deve ser excluído do sorteio.**” (grifou-se)

Os comandos contidos nessa portaria do MP de Contas, importa registrar, não consubstanciam meras disposições procedimentais. Em verdade, trata-se de regras que buscaram dar maior concretude aos princípios da impessoalidade e do procurador natural, aprimorando assim a atuação de seus membros e protegendo a credibilidade da instituição. Veja-se, em especial, que afastam a possibilidade de que o autor de dada representação continue atuando no respectivo processo. O Procurador a quem for atribuída competência para atuar poderá exercer mais adequadamente a missão de fiscal da lei, visto não possuir apego ao entendimento externado na peça inaugural. Em tese, estará mais apto a contribuir para que o processo chegue a bom termo. Além

disso, mitiga-se o risco de possíveis acusações de voluntarismo ou falta de isenção, o que contribui para a proteção da credibilidade do MP de Contas.

O Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado subscreveu a peça que resultou nesta representação. Após a autuação do processo de representação e sorteio do membro do MP de Contas a quem foi atribuída competência para officiar nos autos, cabia a Sua Excelência, em respeito à sua própria instituição, ao princípio do procurador natural, ao devido processo legal e ao Estado Democrático de Direito, abster-se de qualquer intervenção nos autos. Nem mesmo a manifestação produzida em atenção ao despacho de Vossa Excelência, na condição de Relator do feito (peça 25), pode ser considerada lícita. Era de esperar que o Exmo. Subprocurador-Geral, em razão do **princípio da unidade** que orienta o funcionamento do Ministério Público, remetesse o processo a este membro do MP de Contas, que recebeu atribuição de competência para nele officiar.

A atuação reiterada do membro do MP de Contas que produziu a peça inicial desta representação afrontou esse regramento e configurou evidente apego ao processo e tentativa de influenciar o seu desfecho por parte de quem não possui legitimidade para agir. Essa falta de legitimidade, vale destacar, foi reconhecida até mesmo pelo Exmo. Subprocurador-Geral no corpo do Ofício nº 002/2021-GAB, acima transcrito, ao anotar que não foi sorteado para atuar no processo. Sua Excelência confessou ainda que **se sentia** *“no dever de tentar colaborar com a melhor apuração dos fatos no âmbito do Tribunal de Contas da União, visto que o processo foi originado de ofício e representação de minha lavra”*. (grifou-se)

Ora, não é dado aos membros do Ministério Público ou da magistratura atuarem por sentimento pessoal, por uma particular visão de mundo, por voluntarismo, tampouco por apego aos processos por eles iniciados. A atuação somente é lícita quando autorizada em regras de competência que conferem legitimidade ao agir, porque o agir não é do membro do MP, mas da instituição. Daí porque a impessoalidade não pode ser afastada para dar vazão a sentimentos pessoais, ainda que apresentados com a nobre roupagem de “sentimento de dever”.

Ao atravessar no processo, o Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado atuou como verdadeiro procurador de exceção.

Em face do exposto, cumpre reconhecer que as manifestações de Sua Excelência são nulas de pleno direito, por absoluta falta de competência para agir, e devem ser desentranhadas dos autos.

Nada obstante, considerando que o processo de controle externo no Tribunal de Contas da União não está sujeito ao princípio da inércia da jurisdição, podendo o TCU agir por iniciativa própria, nada obsta que Vossa Excelência, se assim entender pertinente, possa assumir como de sua própria iniciativa os pedidos formulados e providências solicitadas pelo Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado em suas manifestações irregulares.

Cumpre registrar, ainda, que, a despeito de a unidade técnica já ter-se manifestado sobre o mérito da presente representação, o regular e adequado pedido de envio dos autos ao MP de Contas, apresentado por este Procurador, a quem compete, por sorteio, officiar nos autos em nome da instituição, não foi ainda atendido.

Note-se, a propósito dessa matéria, que a faculdade de o MP produzir manifestação em todos os processos que tramitam no TCU está amparada pelo que dispõe o art. 6º, XV, da Lei Complementar 75/1993, aplicável a tais processos em razão do que prescrevem os artigos 81, II, e 84 da Lei 8.443/1992, a seguir transcritos:

“Lei Complementar 75/1993

Art. 6º Compete ao Ministério Público da União:

(...)

XV - **manifestar-se em qualquer fase dos processos**, acolhendo solicitação do juiz ou **por sua iniciativa**, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção;” (grifou-se)

“Lei 8.443/1992

Art. 81. Competem ao procurador-geral junto ao Tribunal de Contas da União, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução, além de outras estabelecidas no Regimento Interno, as seguintes atribuições:

(...)

II - comparecer às sessões do Tribunal e **dizer de direito**, verbalmente ou **por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal**, sendo obrigatória sua audiência nos processos de tomada ou prestação de contas e nos concernentes aos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

(...)

Art. 82. Aos subprocuradores-gerais e procuradores compete, por delegação do procurador-geral, exercer as funções previstas no artigo anterior.

(...)

Art. 84. Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público da União, pertinentes a direitos, garantias, **prerrogativas**, vedações, regime disciplinar e forma de investidura no cargo inicial da carreira.” (grifou-se)

No despacho de peça 57, Vossa Excelência refere uma suposta necessidade de demonstração de interesse público que sustentasse o pedido deste membro do MP de Contas. Cumpre reafirmar que não se cuida de interesse deste membro do MP de Contas, mas de interesse da instituição MP de Contas, cuja existência tem por finalidade exatamente dizer de direito, ser o fiscal da lei, em todos os processos sujeitos a apreciação do TCU. O interesse público na atuação do MP de Contas é, pois, ontológico, decorre da própria existência e finalidade da instituição.

IV

Quanto aos pedidos deduzidos na representação ora em exame, o Ministério Público de Contas endossa integralmente a proposta de encaminhamento apresentada pelo titular da SeinfraOperações acima transcrita e registra também que as manifestações produzidas pelo sr. Auditor (peça 47), pelo sr. Diretor-substituto (peça 48) e pelo sr. Secretário dessa unidade técnica (peça 49) contêm fundamentos necessários e abundantes a justificar a proposta de encaminhamento apresentada, no sentido de que não se conheça da representação **por falta de competência desta Corte de Contas e por falta de indícios mínimos das supostas irregularidades apontadas**, e de que, alternativamente, caso conhecida, seja considerada improcedente.

Em verdade, esses pronunciamentos, que se complementam, varreram todos os aspectos relacionados à investigação de que se cuida nestes autos.

Por meio desses três trabalhos, de qualidade excepcional, aquela Secretaria de Controle Externo apresentou, primeiramente por meio do sr. Auditor, de forma analítica, todos os argumentos contidos na representação do Exmo. Subprocurador-Geral (parágrafos 20 a 33), o teor dos despachos do eminente Relator (parágrafos 34 a 45), as respostas às diligências realizadas: respostas da Alvarez & Marsal Administração Judicial Ltda e argumentos adicionais por ela trazidos acerca do Termo de Distrato firmado entre essa empresa e o sr. Sérgio Moro; resposta do Supremo Tribunal Federal e resposta da Alvarez & Marsal Administração Judicial Ltda. sobre a reportagem do jornal Valor Econômico de peça 39 (itens 46 a 93).

Em seguida, o sr. Auditor realizou o exame de admissibilidade (87 a 135), em que conclui pela impossibilidade de conhecimento da representação. Adicionalmente, a despeito da robustez de tal avaliação, passou o sr. Auditor à análise de mérito das questões referentes às supostas práticas ilegítimas de *revolving door* e *lawfare* aventadas na representação, das informações obtidas por meio das diligências realizadas e da oitiva da A&M AJ. Apontou também a inviabilidade de uso dos supostos diálogos entre os procuradores do MPF e do ex-juiz Sérgio Moro e a impertinência de se suspender “qualquer pagamento à empresa Alvarez & Marsal, no âmbito da Recuperação Judicial da empresa Odebrecht S.A, até que o Tribunal avalie o mérito da questão” (136 a 236).

Ao ver do Ministério Público de Contas, o sr. Auditor apresentou, de forma minuciosa e precisa, os fundamentos que embasam a proposta de encaminhamento em relação aos aspectos centrais da representação. Tendo em vista a suficiência de tal manifestação, que isoladamente bastaria para fundamentar a solução acima enunciada, pede-se vênias para reproduzir o trecho da instrução produzido a título de Conclusão, o qual contém a síntese de sua manifestação:

“CONCLUSÃO

(...)

250. No tocante ao exame de admissibilidade, a representação não veio acompanhada de indícios consistentes quanto aos dois tipos de danos que as supostas práticas ilegítimas de Procuradores do MPF em Curitiba/PR e do ex-juiz Sergio Moro teriam causado.

251. Na análise acima, foi ressaltado que, para o primeiro tipo de dano [eventual redução no valor de créditos tributários em razão da situação financeira do Grupo Odebrecht], não se sustenta a premissa de que a atuação dos integrantes da Operação Lava Jato causou a situação financeira atual do Grupo Odebrecht. Não há indícios que suportem tal ilação. Ao contrário, a situação financeira atual do Grupo decorre da prática delituosa e do seu modelo de negócio adotado, envolvendo “caixa 2”, por pelo menos 30 anos, conforme dito pelo próprio então Presidente do Conselho de Administração, Sr. Emílio Odebrecht.

252. Os órgãos de investigação do Estado brasileiro, em razão das competências e deveres legais, não podem se furtar a investigar os crimes cometidos por empresas do Grupo Odebrecht simplesmente porque, como consequência de tais investigações, poderia ser afetada a situação financeira e a arrecadação tributária desse ou dos outros grandes grupos empresariais envolvidos nas fraudes. Quanto aos prejuízos que decorrem das fraudes investigadas pela Operação Lava Jato, entende-se que tais valores estão contemplados, pelo menos em parte, nos acordos de leniência e colaboração, já que não foi calculada a integralidade do dano ao erário. E no caso dos valores constantes de tais acordos, não é permitida a sua inclusão na negociação com a AGU em relação aos créditos tributários, conforme normativo da própria AGU.

253. Assim, considerando que sequer há indícios de perda de arrecadação tributária, não se sustenta a alegação de ocorrência de dano ao erário decorrente da atuação dos Procuradores ou do ex-juiz Sergio Moro e muito menos foi estabelecido o devido nexo causal, não existem elementos para conhecer a representação nesse ponto.

254. Quanto ao segundo tipo de dano [os custos incorridos por toda a Operação Lava Jato de Curitiba, em uma eventual nulidade dos processos conduzidos pelo ex-juiz Sr. Sergio Moro], não há nenhum indício nos autos que aponte para uma anulação dos atos processuais, de investigação e decisórios, existentes no âmbito da Operação Lava Jato, notadamente em relação ao Grupo Odebrecht e muito menos há indício de que os custos dessa Operação venham a ser cobrados dos Procuradores e do ex-juiz Sergio Moro na hipótese de serem anulados tais atos pelas instâncias competentes.

255. As provas colhidas e compartilhadas pela OLJ estão sendo utilizadas nos processos de responsabilização e de ressarcimento de valores no âmbito desta Corte de Contas. Bilhões de reais já foram repatriados e/ou devolvidos por pessoas físicas e jurídicas que assinaram acordos, valores que, por si sós, muito provavelmente, já são suficientes para cobrir os custos financeiros da própria OLJ.

256. Também não há nos autos nenhum indício de que as condutas dos Procuradores da República ou do ex-juiz, notadamente em relação ao Grupo Odebrecht, venham a ser consideradas irregulares a ponto de serem responsabilizados por ressarcir custos da OLJ. Não se tem conhecimento de nenhuma decisão administrativa e/ou judicial envolvendo uma eventual parcialidade entre os Procuradores da República da OLJ em Curitiba/PR, o Sr. Sergio Moro e o Grupo Odebrecht.

257. Há decisão judicial envolvendo a parcialidade em ações de Habeas Corpus relacionadas a um paciente específico, e mesmo com a anulação dos atos processuais/decisórios pelo Supremo Tribunal Federal, tal decisão está diretamente relacionada a um ex-presidente da República, ou seja, o entendimento sobre a parcialidade do ex-juiz se refere à pessoa específica. Não há nenhum indício nesta representação de que as provas colhidas, os atos processuais/decisórios e os acordos de colaboração e de leniência assinados, relacionados ao Grupo Odebrecht, também serão anulados e, muito menos de que as instâncias judicial e administrativas que controlam as atividades do MPF e jurisdicional venham a decidir que os custos da Operação Lava Jato venham a ser cobrados. Não há, portanto, elementos que sustentem o segundo tipo de dano indicado na inicial.

258. Em relação às alegações de ocorrência das práticas ilegítimas de *revolving door* e *lawfare*, não há elementos que comprovem os argumentos citados na representação.

259. Quanto à prática do *revolving door*, não há nenhuma prova de que os Procuradores do MPF ou o Sr. Sergio Moro tenham atuado ou estejam atuando em favor de grupos empresariais que outrora investigavam. Não há provas quanto ao conflito de interesses ou uso de informação privilegiada. Entende-se que a transição do Sr. Sergio Moro para a iniciativa privada é uma decisão de foro particular, não havendo elementos nos autos para que o TCU venha a atuar sobre a matéria. Não foi constatado óbice para transições entre os mercados público e privado à exceção do período legal da quarentena, relacionado ao exercício no cargo de ministro de Estado da Justiça. E, segundo notícia publicada pela imprensa, a quarentena lhe foi aplicada. Não há informações sobre o descumprimento de tal quarentena.

260. Quanto à prática do *lawfare*, não há nos autos qualquer indício de transação tributária envolvendo o Grupo Odebrecht nem, repita-se, que a situação financeira atual do Grupo Odebrecht tenha sido causada por Procuradores do MPF em Curitiba/PR ou pelo ex-juiz Sergio Moro. Também não há indícios de utilização dos instrumentos jurídicos, por parte de Procuradores e do ex-juiz, para perseguir, de forma ilegal e propositada, o Grupo Odebrecht. Ao contrário, o modelo de negócio adotado pelo Grupo, baseado no cometimento de fraudes, corrupção e “caixa 2”, por muito mais de uma década, é que o levou à situação atual de recuperação judicial e a própria condição de investigado.

261. Em adição, a CGU/AGU, o TCU, o CADE, a Polícia Federal, a CVM, a Petrobras e a Receita Federal do Brasil, a partir de suas próprias investigações e elementos compartilhados, também se utilizando dos instrumentos legais, chegaram à conclusão de que houve o desvio de bilhões de reais por meio de fraudes em licitações públicas envolvendo as empresas cartelizadas. E veja que os valores dos danos que estão sendo calculados pelo TCU são muito maiores do que aqueles montantes apurados pelo MPF. Negar o exercício de tais competências desses órgãos, e as consequências decorrentes das investigações, seria atentar contra a própria Constituição Federal e legislação vigentes. Assim, da mesma forma que os Procuradores ou o ex-juiz federal, os servidores públicos daqueles órgãos também não podem ser considerados responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelos grupos empresariais envolvidos nas fraudes. Não se trata, portanto, de perseguição ou abuso dos instrumentos jurídicos contra o Grupo Odebrecht, mas da assunção das consequências dos ilícitos cometidos.

262. Como registrado anteriormente, é viável supor que sem a atuação da OLJ e dos demais órgãos citados não se conheceria o esquema cartelizado, não teriam sido realizadas as investigações nem teriam sido obtidos os elos para identificação dos responsáveis e para quantificação dos montantes desviados.

263. Caso não houvesse as investigações por aqueles órgãos, a situação financeira do Grupo Odebrecht e dos demais grupos empresariais possivelmente seria melhor que a atual, em detrimento de outras empresas idôneas e da eficiência do mercado, de uma forma geral. No limite

de tal panorama, o cartel continuaria atuando para fraudar os procedimentos licitatórios e manipular preços, projetos inviáveis continuariam a ser construídos com dinheiro público, por preços muito acima do mercado, nenhum responsável teria sido identificado e nenhum valor teria sido ressarcido. O prejuízo continuaria sendo do erário público, das empresas estatais e dos acionistas. Certamente, essa não é a melhor alternativa.

264. No tocante ao suscitado uso de informação, não foi constatado nenhum uso de informação privilegiada nem conflito de interesses envolvendo a A&M AJ, o Grupo Odebrecht, os Procuradores do MPF e o ex-juiz Sergio Moro. As eventuais falhas de conduta poderão ser avaliadas pelos órgãos que controlam o exercício das atividades funcionais dos membros do Ministério Público Federal e da Magistratura Federal, e, eventualmente, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República e a Ordem dos Advogados do Brasil. Em adição, a matéria poderá ser submetida ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, em razão da recuperação judicial.

265. Em relação aos supostos diálogos encaminhados pelo Supremo Tribunal Federal, entende-se que estes não podem ser considerados como meios lícitos de prova, pois: (i) a prova não foi obtida por meio lícito; (ii) Juízo da 10ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com base em Laudo da Polícia Federal, se pronunciou no sentido da impossibilidade de verificação da integridade das mensagens “hackeadas”, bem como pela impossibilidade de utilização de tais diálogos para instrução de outros procedimentos sob pena de perpetuação da ilicitude da prova; (iii) a manifestação de Ministros do STF quanto à impossibilidade de aceitação desses diálogos como meio de prova no âmbito das ações de Habeas Corpus 164.493 e 193726, pois não foram obtidos de forma lícita; (iv) os relatórios encaminhados pelo STF trazem transcrições de supostos diálogos de forma incompleta e fora de ordem cronológica entre Procuradores da OLJ em Curitiba e o ex-juiz Sergio Moro; (v) não há como atestar a própria imparcialidade de tais relatórios tendo em vista a ausência de informações sobre a contratação do perito que os elaborou; e (vi) os relatórios podem ter sido elaborados e ordenados de forma a conter os supostos diálogos que seriam importantes ao representante legal para o qual foram dirigidos, como eventual estratégia de defesa nos processos em trâmite no STF relacionados a um ex-presidente da República, e não necessariamente conter os supostos diálogos úteis ao deslinde da matéria tratada nestes autos.

266. No tocante à contratação do Sr. Sergio Moro como consultor, as informações apresentadas pela A&M AJ indicam que a seleção foi conduzida no exterior por outra empresa do grupo (A&M DI), em meio a outras contratações de ex-servidores públicos daquele País, que a formalização ocorreu no Brasil por ausência de autorização para o Sr. Sergio Moro trabalhar nos E.U.A., que posteriormente foi feito o distrato em razão da concessão de visto de trabalho pelos E.U.A., e que foram adotadas medidas para prevenir conflitos de interesse envolvendo, especificamente e não limitado, o Grupo Odebrecht.

267. Quanto à análise da conduta profissional do Sr. Sergio Moro na empresa em que atualmente ele trabalha, entende-se que não há nos autos indício de dano ao erário ou de ato irregular que envolva a gestão de recurso público. Adicionalmente, não foi comprovada a ventilada compra de informações relacionadas ao Grupo Odebrecht e que o ex-juiz pudesse ter obtido em razão do cargo que ocupou.

268. Em relação à conduta da Alvarez & Marsal Administração Judicial, não compete a esta Corte de Contas analisar o cumprimento dos deveres de fidúcia, lealdade e diligência por parte da empresa. Considerando que não foi demonstrado o ato irregular ou dano ao erário nem o respectivonexo causal, a Administradora Judicial não está sujeita à jurisdição desta Corte.

269. Quanto à diligência ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, verifica-se que estão sendo adotadas as medidas pertinentes para avaliar a lisura do processo envolvendo a administração judicial do Grupo Odebrecht. A administradora judicial, ainda que exercendo um *munus* público, na verdade gere recursos privados e é remunerada com recursos também privados.

270. Em relação à reportagem do jornal Valor Econômico, não há elementos que apontem para um conflito de interesse do Sr. Sergio Moro envolvendo o escritório de advocacia Warde Advogados, a A&M, e a disputa entre as empresas privadas. Reafirma-se que não se vislumbra a

competência desta Corte para análise da matéria ali tratada nem a pertinência para se inferir sobre eventual conflito de interesse ou sobre a conduta do Sr. Sergio Moro ou mesmo da A&M AJ no caso ali tratado.

271. No tocante aos esclarecimentos adicionais da A&M AJ informando que foi concedido visto de trabalho nos E.U.A. para o Sergio Moro, bem como encaminhando o Termo de Distrato por ele firmado e por representante da A&M Disputas e Investigações, com efeito a partir de 01/06/2021, contendo a cláusula de conflito de interesses envolvendo o Grupo Odebrecht, entende-se que não há indícios de que tal documento não seja fidedigno, nem há comprovação da suposta atuação dos “dois lados do balcão” e da venda de informações privilegiadas, concluindo-se pela improcedência das alegações constantes da representação.

272. Quanto à medida cautelar, não estão presentes nos autos os pressupostos para a sua concessão, pois discorda-se da premissa constata da representação de que a situação financeira atual do Grupo Odebrecht seja consequência da atuação dos Procuradores da República ou do ex-juiz Sergio Moro na OLJ em Curitiba/PR. Além disso, não há nos autos indício de dano ao erário na transação de créditos tributários nem há nos autos elementos que indiquem que os atos investigatórios e processuais, as provas colhidas e os acordos firmados e/ou homologados pelos Procuradores do MPF ou pelo ex-juiz Sergio Moro serão anulados e, mais, que eles serão obrigados a ressarcir os custos da Operação Lava Jato. Em adição, o Exmo. Ministro-Relator Bruno Dantas já registrou em seu Despacho a perda de objeto da medida cautelar pleiteada em razão da determinação do Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo para que sejam depositados nos autos da recuperação judicial os honorários que vêm sendo recebidos pelo administrador judicial.

273. É importante deixar claro que não se está, com a análise acima, fazendo uma defesa cega dos atos praticados pelos integrantes da extinta Força-Tarefa da OLJ em Curitiba/PR ou pelo ex-juiz Sergio Moro. Não obstante, é preciso esclarecer que as informações, documentos e os valores obtidos por meio dos acordos de leniência e colaboração são frutos do trabalho que tais autoridades do Poder Público exerceram desde o início daquela Operação e que foram, sucessivamente, compartilhadas e utilizadas por outras instituições que compõem a Administração Pública, tais como a Polícia Federal, a Receita Federal do Brasil, o TCU, a CGU, a AGU, as Forças-Tarefa da OLJ no Rio de Janeiro e em São Paulo, a 5ª Câmara de Combate à Corrupção do MPF, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o CADE e a CVM. A Exma. Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, homologou os 77 acordos de colaboração dos executivos do Grupo Odebrecht, os quais confirmaram as fraudes, a operação de “caixa 2”, o pagamento das propinas, os prejuízos ao erário e o modelo de negócio adotado pelo Grupo por 30 anos.

274. Aliás, o próprio TCU, divergindo dos valores calculados nos acordos de leniência e colaboração, considera que o dano causado ao erário devido às fraudes é bem maior do que os valores que foram acordados nas leniências subscritas pelo MPF, CGU e pelas empresas envolvidas, o que poderá agravar a situação financeira de tais empresas. E, ainda, em diversos casos, este Tribunal sancionou empresas, impedindo-as de contratar com a Administração Pública, bem como indisponibilizou os seus bens de empresas, incluindo os de pessoas físicas envolvidas.

275. Não se tem conhecimento de nenhuma reclamação contra servidores e autoridades das Instituições citadas no sentido de que, no exercício de suas obrigações e competências constitucionais, tenham contribuído para causar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos envolvidos. Até porque, não se trata de opção, mas de obrigação de investigar e punir os responsáveis por fraudes.

276. Caso contrário, tais Instituições poderão, de forma injustificada, escolher quem deve ser investigado, sancionado ou condenado. E da mesma forma, agentes públicos e privados poderão cometer fraudes, receber propinas e causar danos ao erário sem o receio de serem responsabilizados sempre que sua situação financeira for prejudicada.

277. Vale destacar que o raciocínio segundo o qual o combate à corrupção teria acarretado a má situação financeira dos grupos empresariais atingidos pelas investigações e sanções é contrário a um compromisso internacional assumido pelo Brasil com a Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais – Decreto 3.678/2000, in verbis:

Artigo 5

Execução

A investigação e a abertura de processo por corrupção de um funcionário público estrangeiro estarão sujeitas às regras e princípios aplicáveis de cada Parte. **Elas não serão influenciadas por considerações de interesse econômico nacional, pelo efeito potencial sobre as relações com outros Estados ou pela identidade de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas.** (grifos acrescentados)

278. No atual cenário em que o Brasil almeja a condição de país membro da OCDE, a aplicação do raciocínio de que investigações de combate à corrupção atentam contra o interesse econômico nacional poderão ter como efeito prático a negativa de acesso do País a essa condição, haja vista que isso representa a quebra de um compromisso internacional assumido pela República Federativa do Brasil. A esse respeito, o Sr. Drago Kos, chefe do Grupo de Trabalho Antissuborno da OCDE, afirmou em entrevista à BBC News Brasil:

Perguntado pela BBC News Brasil se as práticas brasileiras de combate à corrupção atuais estariam de acordo com os parâmetros mínimos para que o país fosse aceito na entidade, Drago Kos afirmou que "se você tivesse me feito essa pergunta há alguns anos, minha resposta teria sido um "sim" definitivo. Hoje eu simplesmente não sei: enquanto a Operação Lava Jato nos deu informações tão positivas sobre a capacidade do Brasil de combater a corrupção nacional e internacional, hoje parece que alguns dos processos iniciados em 2014 estão dando marcha a ré".

(...)

O presidente da área antissuborno da OCDE classificou como "surpreendente" o interesse do de autoridades brasileiras de "encerrar o mais rápido possível " as atividades da força tarefa.

"Operações como a Lava Jato, que começam devido a problemas urgentes e importantes de corrupção, nunca devem durar para sempre. No entanto, tendo em mente que neste caso nem todas as atividades investigativas relacionadas ao caso Lava Jato foram finalizadas, inclusive em alguns casos importantes, o desejo de encerrar a operação o mais rápido possível é realmente surpreendente", afirmou Kos.

(fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56406033>. Acesso em 15/7/2021)

279. Assim, considera-se que investigar Procuradores da República e ex-juiz federal que contribuíram para desvendar o maior esquema de corrupção já descoberto no Brasil e responsabilizá-los pela situação financeira de empresas investigadas ou pelos custos da própria operação de investigação, **data maxima venia**, requer indícios consistentes e convergentes dos alegados danos. Os diálogos obtidos de forma criminosa não servem como fundamento ou sequer indício para representar e investigar tais autoridades. Também não servem como elemento para provar a existência de conflitos de interesse.

280. Nesse sentido, não há nenhum indício ou prova nos autos da existência de conflitos de interesse envolvendo os Procuradores da República, o ex-juiz federal Sergio Moro e o Grupo Odebrecht. E ainda que os diálogos contivessem alguma relação com a responsabilização de tal Grupo pelos ilícitos que a sua administração resolveu cometer, cabe frisar que foi o Supremo Tribunal Federal quem homologou a assunção das práticas ilegais pelos 77 executivos do Grupo.

281. Assim, ainda que possa ser atípico a transição do Sr. Sergio Moro para a iniciativa privada para um escritório de advocacia que faz parte do Grupo que foi escolhido pelo Poder Judiciário de São Paulo para administrar a recuperação judicial da Odebrecht, não se trata de movimento que, dado o seu caráter de for íntimo, possa atrair a competência desta Corte para iniciar um investigação, pois não há nenhuma comprovação da existência de conflitos de interesse ou que represente dano ou ato irregular, ilegítimo ou antieconômico.

282. Por derradeiro, cabe anotar que nesta representação alega-se que a atuação dos Procuradores da República e do ex-juiz federal Sergio Moro teria causado a situação financeira do Grupo Odebrecht, e se cogita condená-los ao ressarcimento pelos supostos prejuízos ao erário que eles teriam causado em razão de tal atuação. Em sentido oposto, na representação constante do TC 009.329/2017-0 (sob a relatoria do Exmo. Ministro-Substituto Augusto Sherman), de 24/04/2017, foi noticiada a decisão judicial prolatada nos Estados Unidos da América homologando o acordo de leniência do Grupo Odebrecht com autoridades daquele País, bem como solicitando que esta Corte examinasse e considerasse a “aplicação das sanções legais de sua competência às referidas empresas da Organização Odebrecht, bem como aos administradores e executivos daquelas empresas responsáveis pelos danos causados à União e às entidades e empresas da Administração Pública Federal indireta (...) (peça 2, p. 2). Após a realização de diligências, os autos foram apensados ao TC 035.857/2015-3 (Exmo. Ministro-Relator Bruno Dantas), que acompanha o acordo firmado pela Odebrecht com a CGU e AGU.”

O sr. Diretor-substituto da 3ª Diretoria da SeinfraOperações, ao endossar a proposta de encaminhamento oferecida pelo sr. Auditor em relação a seus pontos centrais, efetuou relevantes considerações relacionadas ao contexto político, econômico e social atinentes aos aspectos centrais do objeto da representação. Registrou os significativos resultados alcançados pela Operação Lava Jato, os quais merecem ser visitados, tendo em vista sua qualidade e riqueza de detalhes, os quais se prestam até mesmo para o entendimento de capítulo recente da história do Brasil. Deixo de transcrevê-la apenas pela inconveniência de que o presente Parecer se torne excessivamente extenso.

O sr. Secretário, por sua vez, ofereceu argumentos adicionais acerca do exame de admissibilidade e sobre o mérito desta representação. Dada a pertinência dessa manifestação, peço licença para reproduzir as partes mais fundamentais de seu despacho:

“I. ARGUMENTOS ADICIONAIS PELO NÃO CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO

20. Não foi apontado na representação original, ao menos não de maneira concreta e evidente, indício concernente à irregularidade ou ilegalidade, uma vez que não constam dos autos evidência de ocorrência de danos ao erário. Por conseguinte, a instrução concluiu que não há evidências de que tenha havido renúncia de receitas da União decorrentes do processo de recuperação judicial do grupo Odebrecht; ou denexo de causalidade entre a conduta eventualmente ventilada na representação e prejuízo aos cofres públicos federais.

21. No tocante à questão da perda de arrecadação tributária, cumpre ressaltar que o grupo Odebrecht foi cobrado, em montantes bilionários, pela Receita Federal do Brasil, conforme amplamente divulgado pela imprensa à época (2017), quando da homologação do acordo da empreiteira pela Ministra Carmem Lúcia, do STF. Segundo divulgado, a RFB criou inclusive um programa computacional especial, denominado “SisLava”, para sistematizar as informações da corrupção na Petrobras e seus reflexos na arrecadação tributária (fonte: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2017/02/epoca-negocios-receita-cobra-r-15-bilhoes-de-envolvidos-na-lava-jato.html>).

22. Vale dizer: não ficou comprovado, nestes autos, o nexo causal entre a atuação de Membros do MPF e/ou da Magistratura Federal e um eventual dano aos cofres públicos federais decorrentes da atual má situação financeira do grupo Odebrecht.

23. Não há evidências, ao menos não até o presente momento, de que serão necessariamente anulados todos os atos de investigação do MPF, ou mesmo todos os atos decisórios exarados pelo ex-juiz Sérgio Moro, em razão da suposta combinação imprópria com membros do MPF, e muito menos de que, em razão de uma futura e possível anulação, os custos da Operação Lava Jato venham a ser considerados como um dano ao erário. A propósito, no hipotético e improvável cenário de anulação de toda a Operação Lava Jato, caberia ainda questionar se a Petrobras seria obrigada a devolver os recursos decorrentes de acordos de colaboração premiada e de leniência aos signatários.

24. A esse respeito, cabe comentar que, até o momento, as instâncias correcionais competentes para avaliar os atos e condutas funcionais de Membros do MPF (Corregedoria do MPF e Conselho

Nacional do Ministério Público), ou da Magistratura Federal (Corregedoria do TRF-4, Corregedoria-Geral da Justiça Federal e Conselho Nacional de Justiça), não se pronunciaram no sentido de que os membros do MPF e o ex-juiz tenham praticado atos irregulares ou fora de funções, prerrogativas e deveres.

25. Na realidade, a Constituição Federal de 1988, ao disciplinar o exercício do poder do Estado, emanado do povo brasileiro, confere competências e deveres legais aos órgãos de investigação, controle interno, controle externo e persecução penal, em defesa da transparência, proibição administrativa e combate à corrupção, assim como disposto nas Convenções Internacionais de Combate à Corrupção, das quais o Brasil é signatário (a exemplo das convenções de Mérida – Decreto 5687/2006 –, de Palermo – Decreto 5015/2004 – e de Paris - Decreto 3678/2000).

26. Referidos órgãos, como MPF, TCU, CGU, entre outros, não podem se furtar de cumprir seu papel, em razão das possíveis e supostas consequências econômicas que poderiam impactar este ou aquele grupo empresarial envolvido em fraude e corrupção, visto que as funções atribuídas aos diversos órgãos de Estado pela Constituição e pelas leis são indelegáveis e irrenunciáveis, considerando que elas não pertencem mais a seus destinatários, mas sim à própria sociedade brasileira, de quem emana todo o poder, nos termos da Constituição Federal de 1988.

27. Conforme assinalado pelo Diretor-Substituto e pelo auditor-instrutor, cabe ressaltar que de nenhuma maneira o exame técnico ora lançado está a fazer qualquer tipo de defesa pessoal dos integrantes da Força Tarefa da Operação Lava Jato, tampouco do ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sérgio Moro. A existência de *lawfare*, infração ética ou conduta imprópria aos ditames normativos daquelas carreiras pode e deve ser apurada, mas pelos órgãos competentes (Corregedoria do Ministério Público Federal, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Conselho Nacional de Justiça, entre outros tribunais superiores). A partir das apurações próprias, o próprio Poder Judiciário, respeitando o contraditório e a ampla defesa, poderá agir, se assim entender necessário, seja aplicando eventuais sanções, reparando eventuais atos cometidos ou mesmo convalidando eventuais atos anuláveis, tendo em vista a segurança jurídica de decisões transitadas em julgado na 2ª instância da Justiça.

II. ARGUMENTOS ADICIONAIS QUANTO À IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO

28. Além dos argumentos já trazidos aos autos quanto à improcedência no mérito da representação, convém mencionar que os atos de investigação criminal conduzidos pelo MPF e os atos jurisdicionais proferidos pelo ex-juiz Sérgio Moro, no âmbito penal da 13ª Vara Federal de Curitiba, ocorreram em circunstâncias distintas do cenário atualmente observado no Brasil.

29. Nesse contexto, convém atentar para o art. 22, caput e §§ 1º e 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

30. Conforme ressaltado no pronunciamento da subunidade, apensado ao processo originador destes autos – TC 035.857/2015-3, está apensado outro processo – TC 009.329/2017-0 (Ministro-Relator Augusto Sherman Cavalcanti) – que trata de representação formulada pelo MPTCU, com base em notícia sobre a homologação do acordo de leniência do grupo Odebrecht nos EUA. Na referida representação, foi requerido pelo MPTCU o seguinte:

1) que determine a adoção das medidas tendentes a trazer, para este Tribunal, as informações oficiais referentes à recente decisão da justiça dos Estados Unidos da América proferida no sentido de homologar acordo celebrado entre promotores norte-americanos e empresas da Organização Odebrecht, para que estas efetuem pagamentos de multas que totalizam cerca de US\$ 2,6 bilhões (aproximadamente R\$ 8,1 bilhões, pelo câmbio atual), em decorrência do reconhecimento, pela referida organização, de sua sistemática e continuada prática de pagamento de propinas em diversos países, principalmente no Brasil;

2) que, uma vez de posse dessas informações, determine sejam elas examinadas e consideradas para que se decida pela aplicação, às empresas da Organização Odebrecht, bem como aos administradores e executivos daquelas empresas responsáveis pelos danos causados à União e às entidades e empresas da Administração Pública Federal indireta, das sanções de sua competência cabíveis no

caso (artigos 8º, 44, § 2º, 45 e 46, da Lei 8.443/1992, e artigo 71, inciso IX, da Constituição);

3) que decida, cautelarmente: pela suspensão da participação de todas as empresas da Organização Odebrecht em licitações promovidas pela Administração Pública Federal direta e indireta; pela suspensão da execução de todos os contratos atualmente em vigência, celebrados pela União, bem como pelas entidades e empresas da Administração Indireta, com empresas da Organização Odebrecht, com consequente suspensão de todos e quaisquer pagamentos em favor daquelas empresas; e pela decretação da indisponibilidade temporária de bens das empresas da Organização Odebrecht e também, mediante aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, dos bens dos administradores e dos executivos daquelas empresas responsáveis pelos danos causados à União e às entidades e empresas da Administração Pública Federal indireta.

(p.4, peça 2 do TC 009.329/2017-0)

31. Vale colocar que, assim como o auditor-instrutor e o diretor-substituto, não verifico nos autos evidência de prática de *lawfare*, ou seja, o suposto uso abusivo de instrumentos jurídicos destinados a perseguir, de forma ilegal ou despropositada, o grupo Odebrecht.

(...)

33.(...) o trabalho investigativo da Polícia Federal, bem como de outros órgãos, como a Receita Federal do Brasil e o Tribunal de Contas da União (com suas auditorias do Fiscobras, notadamente desde 2007, quando do início do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), foram essenciais para o avanço no combate à corrupção, para além da atuação dos Procuradores da Força-Tarefa do MPF, e do próprio Poder Judiciário (da primeira à última instância).

34. Apenas a título ilustrativo, é possível afirmar que mais de uma centena de profissionais da Polícia Federal fizeram parte da Força-Tarefa Lava Jato, sendo ao menos 20 peritos fixos (Setec/PR) e mais 90 outros peritos, que atuaram em mais de 1,1 mil laudos até o final do ano de 2016, atestando cerca de R\$ 6,4 bilhões apenas em pagamentos de propinas (fonte: Revista “Perícia Federal” – ano XVII – número 38 – dezembro de 2016, págs. 22 e 23).

35. Em relação aos diálogos entre procuradores do MPF e juiz de 1ª instância, conforme carreados aos autos, e segundo exame do auditor-instrutor, é preciso considerar que são fruto de interceptação telemática não autorizada, mediante invasão de dispositivo informático por um hacker (criminoso cibernético). Além disso, o material foi tratado pela perícia de defesa de uma pessoa denunciada pela Operação Lava Jato. Nesse cenário, é preciso ter extrema cautela em sua análise.

36. De todo modo, conforme consta do exame técnico, poucos trechos dos diálogos trazidos aos autos fazem menção à Odebrecht (empreiteira cujo acompanhamento do acordo de leniência é o foco dos autos originários deste apartado), e, ainda assim, estes trechos não permitem alcançar a conclusão de *lawfare*, ou seja, de qualquer perseguição ilegal contra esse grupo empresarial. Vale notar que a representação original não apontou quais condutas específicas constituiriam a suposta irregularidade de conduta abusiva contra o referido grupo empresarial.

37. Ainda que, por hipótese, a conduta de *lawfare* em desfavor do grupo Odebrecht viesse a ser comprovada, ainda assim não haveria evidências mínimas que suportem um nexo de causalidade entre essa conduta e um suposto dano ao erário que atraísse a competência desta Corte de Contas, uma vez que, nessa situação hipotética, frise-se, o direito atingido seria o do particular, e não o direito da Administração Pública. Há que se ressaltar ainda que todos os 77 (setenta e sete) acordos individuais de colaboração premiada das pessoas físicas (delatores), bem como o acordo de leniência da pessoa jurídica Odebrecht, foram assinados por livre e espontânea vontade, inclusive com participação apenas dos advogados, sem os procuradores, quando da homologação pelo STF (fonte: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/01/oab-quer-que-carmen-lucia-decida-logo-sobre-delacoes-da-odebrecht.html>).

38. Nesse cenário, assim como o auditor-instrutor e o Diretor-substituto, não vejo indícios de que os agentes públicos tenham atuado, culposa ou dolosamente, em prejuízo do patrimônio público. Não há indícios de que os atos bilaterais firmados com a Odebrecht, a exemplo de acordos de

leniência (seja do MPF, do CADE ou da CGU/AGU), serão desfeitos ou anulados em razão de eventual infração funcional de agentes públicos, haja vista que os diálogos trazidos aos autos foram apreciados em sede de habeas corpus, remédio constitucional personalíssimo, em favor de paciente alheio ao grupo Odebrecht.

39. Vale lembrar que os acordos firmados pelo grupo Odebrecht com o MPF foram revisados e confirmados por diversas instâncias, tais como a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do próprio MPF (formada por três Subprocuradores da República), o Judiciário federal, o Supremo Tribunal Federal, e autoridades norte-americanas e suíças, inclusive com outra empresa importante do mesmo grupo econômico, a Braskem. Até mesmo a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) anuíram com o acordo do MPF ao firmar, na prática, uma espécie de “acordo-espelho” (fonte: <https://www.jota.info/especiais/acordos-de-leniencia-e-regimes-sancionadores-multiplos-13042021>), cujo acompanhamento é objeto dos autos a partir do qual foi gerado este processo apartado.

40. Considerando esses fatos, caso houvesse algum dano a ser apurado, em função das questões noticiadas na representação, a responsabilização deveria abarcar não só alguns agentes públicos, do MPF ou ex-membro do Judiciário federal, mas também servidores públicos da CGU e membros da AGU, haja vista terem sido praticados atos convergentes também por estes dois últimos (acordo-espelho), bem como também outros servidores da Polícia Federal, Receita Federal e CGU, que atuaram na chamada “força-tarefa”, em Curitiba/PR.

41. No tocante à suposta prática de *revolving door* mencionada na representação, além dos argumentos anteriormente apresentados, na instrução e no pronunciamento da subunidade, sobretudo a premissa equivocada de que a má situação financeira da Odebrecht possa representar algum tipo de dano ao erário, verifico que não foi apresentada nenhuma irregularidade cometida no contrato firmado entre uma pessoa jurídica privada (A&M - DI) e uma pessoa física sem vínculo com a Administração Pública. Em outras palavras, a administradora judicial do grupo Odebrecht é remunerada por recursos de natureza privada, e conforme definido pelo Juízo Universal da Recuperação Judicial.

42. No exame constante da instrução são apresentados interessantes exemplos de ex-agentes públicos, que ocuparam altos cargos no governo, mas que depois foram contratados pela iniciativa privada (p. 21 da instrução). A esses casos, acrescento outro notório, o da ex-ministra da AGU, Dr^a Grace Mendonça, que atuou diretamente na celebração do acordo com o grupo Odebrecht.

43. Segundo reportagem publicada no jornal Valor Econômico, em 19/08/2019, de autoria de Luísa Martins, e intitulada "Compliance de fachada também é ato de corrupção", a ex-ministra da AGU passou para o “outro lado do balcão”, cabendo destacar algumas passagens ilustrativas (destaques acrescidos; fontes: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/08/19/compliance-de-fachada-tambem-e-ato-de-corrupcao.ghtml> e <https://www.legiscompliance.com.br/artigos-e-noticias/1593-compliance-de-fachada-tambem-e-ato-de-corrupcao>):

Depois de mergulhar nos meandros da negociação de seis acordos de leniência com empresas investigadas por corrupção no país, a ex-ministra-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU) Grace Mendonça passou para o outro lado do balcão. Aos 50 anos, após 28 de serviço público, migrou para a iniciativa privada e, há cerca de um mês, abriu seu próprio escritório, onde continua a atuar com programas de integridade - agora, como representante das corporações.

Em entrevista ao Valor, a ex-ministra afirma que a Operação Lava-Jato alavancou o interesse das companhias em criar programas de compliance sob uma perspectiva preventiva. E manifestou preocupação com iniciativas superficiais: "Um programa de fachada também é um ato de corrupção."

44. A “linha do tempo” carreada aos autos pela defesa (p. 9 da instrução) é bastante elucidativa e ajuda a observar que, assim como no caso da ex-ministra da AGU, Grace Mendonça, também o ex-juiz de 1ª instância e ex-ministro da Justiça, Sergio Moro, respeitou um prazo de quarentena (p. 29 da instrução), razão pela qual há que se adotar um tratamento isonômico entre os dois ex-ministros de Estado. Além disso, a Alvarez & Marsal trouxe aos autos evidências no sentido de que o ex-juiz Sérgio Moro foi contratado não como “sócio” (como algumas notícias na imprensa sustentavam), mas sim como consultor. Ainda assim, a defesa da A&M logrou êxito em esclarecer

que a contratação do consultor se deu por pessoa jurídica de seu grupo econômico que atua no ramo de investigações e disputas (a partir de solicitação do líder dessa área, domiciliado nos Estados Unidos), e não no ramo de administração judicial (no Brasil).

45.A Alvarez & Marsal também compareceu aos autos juntando trecho de recente distrato feito entre pessoa jurídica de consultoria do Sr. Sérgio Moro e a A&M Disputas e Investigações Ltda., argumentando que tal contrato somente foi realizado com a empresa no Brasil em função de prazos exigidos nos EUA para que fosse emitido visto de trabalho ao ex-juiz federal, a fim de que fosse permitida sua atuação profissional naquele país.

46.Trata-se de contrato privado que possui presunção de boa-fé. Considerando, ainda, a separação de personalidades jurídicas (A&M DI e A&M AJ), não se pode presumir que a remuneração do ex-magistrado teria origem no serviço prestado à Odebrecht.

47.Ademais, frise-se, foi trazida evidência aos autos de que o Sr. Sérgio Moro não pertence ao quadro societário da Alvarez & Marsal Administração Judicial Ltda., conforme exame da instrução (p. 29). A empresa em questão também enfatizou que o Sr. Sérgio Moro não é sócio de qualquer outra empresa que atue sob a marca desse grupo econômico, tendo sido contratado tão somente na qualidade de consultor.

48.Por fim, no contrato entre particulares (cujo sigilo foi pedido pela A&M, conforme p. 11 da instrução), foi ajustada cláusula que expressamente proíbe a atuação do contratado em qualquer tema relacionado a Odebrecht ou a quaisquer outros potenciais clientes em que tenha tido atuação pretérita como magistrado. Concordando com o exame técnico, entendo que não há evidências que permitam infirmar ou retirar a presunção de boa-fé desses atos e documentos trazidos aos autos pela A&M AJ.

49.Ante todo o exposto, torna-se quase impossível estabelecer qualquer nexo de causalidade apontado na representação, no sentido de que a má situação financeira atual do grupo Odebrecht seria resultado direto do trabalho do MPF ou da Justiça Federal, ainda mais quando mensurado por uma suposta perda futura de arrecadação tributária dela decorrente.

50.Tampouco observo qualquer relação entre esse suposto dano ao erário e a contratação do ex-juiz Sérgio Moro pela Alvarez & Marsal Disputas e Investigações (primeiro no Brasil, provisoriamente, depois nos Estados Unidos, onde reside atualmente), empresa que atua em ramo distinto da Alvarez & Marsal Administração Judicial e presta serviços para a Vara de Falência em São Paulo/SP.

51.Ainda que houvesse uma ilegalidade, não evidenciada nos autos, concordo com o exame técnico no sentido de que tal ato afetaria bem jurídico de terceiros particulares, e não os cofres públicos federais, o que impede atrair a competência desta Corte de Contas para apreciar a matéria.”

Por último, o Ministério Público de Contas destaca a cronologia de fatos relevantes associados à conduta do sr. Sérgio Moro, o que também aponta no sentido da falta de consistência da representação sob exame, uma vez que os atos praticados entre agentes privados, por conta do exercício da referida consultoria, não guardam nenhuma conexão lógica com aqueles por ele praticados na condição de magistrado. A dissociação entre as ações desse agente quando atuou como magistrado e, muito tempo depois, quando prestou serviços na condição de consultor também foi apontada pelo sr. Secretário:

“54. Com efeito, o acordo de leniência da Odebrecht foi assinado em dez/2016 (e homologado pelo STF no mês seguinte), e a contratação do sr. Sergio Moro pela A&M Disputas & Investigações se deu somente em nov/2020 (quase 4 anos depois). Antes disso, o ex-magistrado atuou ainda como Ministro da Justiça e da Segurança Pública entre jan/2019 e abr/2020, quando deixou o cargo, após desavenças com o chefe do Poder Executivo, conforme é público e notório.

55.Admitir que o ex-magistrado tenha passado por situações de tamanho desgaste pessoal e emocional com o objetivo de auferir ganhos financeiros muito tempo após o acordo de leniência homologado (pela 5ª CCR/MPF e pelo STF também), e: (i) sem que a Odebrecht tivesse pedido

recuperação judicial (o que ocorreu 3 anos depois); (ii) sem que se soubesse qual escritório seria o escolhido como administrador judicial (3 anos depois); e (iii) sem saber se haveria interesse na prestação de seus serviços de consultoria (4 anos depois); torna a versão absolutamente improvável, para não dizer impossível.”

V

Tendo em vista, pois, todos os elementos de convicção acima apresentados, que configuram mera síntese do completíssimo trabalho da SeinfraOperações, o Ministério Público de Contas:

- a) requer a atuação do presente parecer aos autos da representação objeto do processo TC 006.684/2021-1, a fim de que seja regularmente considerado na solução desse feito;
- b) pugna pelo desentranhamento das indevidas manifestações e elementos carreados aos autos pelo Exmo. Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado após a regular atribuição de competência para neles officiar a este membro do MP de Contas;
- c) manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento apresentada pela unidade técnica, acima transcrita (PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO CONSOLIDADA, Tópico II deste Parecer).

Por fim, caso sobrevenham novas instrução e proposta de mérito formuladas pela unidade técnica, o Ministério Público de Contas requer a oportunidade de novamente officiar nos autos para se manifestar, como fiscal da lei, sobre o desenlace deste processo.

Brasília, 7 de Janeiro de 2022.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador